



(F)ATOS DE RESISTÊNCIA: FÓRUM DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DE SERGIPE E OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

Edinéia Tavares Lopes¹

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

Ângela Sales Andrade dos Santos²

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

Maria Batista Lima³

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

Evanilson Tavares de França⁴

*Secretaria de Estado da Educação, do Desporto e da Cultura (SEDUC) – Diretoria de
Educação de Aracaju (DEA). Aracaju – Sergipe – Brasil.*

Resumo: As primeiras atividades do Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), instituído em 2019, a partir de ações conjuntas entre NEABI-UFS e o Movimento Quilombola de Sergipe (MQSE), desvelam a situação da Educação Escolar Quilombola (EEQ) do estado, elegendo como questão urgente os desafios encontrados

¹ Mulher negra mato-grossense, doutora em Educação, vinculada aos: Departamento de Química – Campus Itabaiana-UFS, NEABI-UFS, PPGECIMA-UFS e PPGED-UFS. Desenvolve investigações voltadas à Educação, sobretudo a educação escolar das populações tradicionais, notadamente a Educação Escolar Indígena (EEI) e a Educação Escolar Quilombola (EEQ). E-mail: edineia.ufs@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3842-2092>

² Mulher negra sergipana, licenciada em Ciências Biológicas. Mestranda no PPGED/UFS e membro do NEABI/UFS. Tem se formado enquanto pesquisadora no bojo dos debates e do compromisso com o movimento quilombola sergipano, pesquisando a EEQ na rede estadual de educação de Sergipe. Bolsista CAPES. E-mail: angelmix-16@live.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4947-4437>

³ Mulher negra sergipana, doutora em Educação, professora Associada da Universidade Federal de Sergipe (UFS), vinculada aos: Departamento de Educação do Campus Itabaiana, NEABI e PPGECIMA. Desenvolve ações de pesquisa, extensão e militância no contexto da educação, principalmente nas questões referentes à Educação das Relações Étnico-raciais (ERER), à Educação Escolar Quilombola (EEQ) e à interseção raça e gênero. E-mail: mabalimaufs2@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4551-0146>

⁴ Homem negro sergipano, doutorando em Educação (Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP), mestre em ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECIMA/UFS); vinculado ao Phala (Grupo de Pesquisa em Educação, Linguagem e Práticas Culturais) e ao GEPIADDE (Grupo de Estudos e Pesquisas Identidades e Alteridades: Desigualdades e Diferenças na Educação); professor e pedagogo da Rede Estadual de Educação/Sergipe. Desenvolve pesquisas no contexto da educação, principalmente nas questões referentes à Educação Escolar Quilombola (EEQ). E-mail: evanilson@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7787-2742>

para a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas localizadas em comunidades remanescentes de quilombola do estado. Por esta razão, o artigo ora escrito objetiva refletir sobre a maneira como a constituição do FEEQS tem fomentado os debates em torno da elaboração dos PPP dessas escolas, desde a conquista do direito das comunidades, no que se refere à elaboração desses projetos de forma autônoma e coletiva. Defende-se que o FEEQS se constitui como espaço de resistência que tem provocado debates e embates na efetivação da EEQ em Sergipe, exemplificado neste trabalho com as discussões em torno da elaboração dos PPP.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Movimento Quilombola.

ACTS OF RESISTANCE: QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION FORUM FROM SERGIPE AND PEDAGOGICAL POLICY PROJECTS OF QUILOMBOLA SCHOOLS

Abstract: The first activities of the Quilombola School Education Forum from Sergipe (FEEQS), instituted in 2019 from joint actions between NEABI-UFS and the Quilombola Movement from Sergipe (MQSE), announce and denounce the situation of the Quilombola School Education from Sergipe, choosing as a matter of urgency the challenges encountered in the elaboration of the Pedagogical Political Projects (PPP) of the schools from the quilombola communities of that state. Therefore, this article aims to reflect on how the constitution of the FEEQS has fostered debates around the elaboration of the PPP of those schools, from the conquest of the right of those communities regarding the elaboration of these projects in an autonomous and collective way. One argues that the FEEQS has been constituted as a space of resistance that has triggered debates and clashes in the realization of the EEQ in that state, exemplified in this paper with the discussions around the elaboration of the PPPs.

Keywords: Quilombola School Education. Pedagogical Political Project. Curriculum. Quilombola Movement.

ACTOS DE RESISTENCIA: FÓRUM DE EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA DE SERGIPE Y LOS PROYECTOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE LAS ESCUELAS QUILOMBOLAS

Resumen: Las primeras actividades del Fórum de Educación Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), instituido en 2019 a partir de acciones conjuntas entre NEABI-UFS y el Movimiento Quilombola de Sergipe (MQSE), anuncian y denuncian la situación de la Educación Escolar Quilombola del estado de Sergipe, eligiendo como cuestión urgente los desafíos encontrados en la elaboración de los Proyectos Político- Pedagógicos (PPP) de las escuelas de las comunidades quilombolas de ese estado. De esa manera, este artículo tiene el objetivo de reflexionar sobre cómo la constitución del FEEQS ha fomentado los debates en torno a la elaboración de los PPP de esas escuelas, a partir de la conquista del derecho de esas comunidades en lo que se refiere a la elaboración de esos proyectos de forma autónoma y colectiva. Se defiende que los FEEQS se han constituido como espacio de resistencia que han provocado debates y embates en la efectuação de la EEQ en dicho estado, ejemplificado en este trabajo con las discusiones en torno a la elaboración de los PPP.

Palabras clave: Educación Escolar Quilombola. Proyecto Político Pedagógico. Currículo. Movimiento Quilombola.

ACTES DE RESISTANCE: FORUM D'ÉDUCATION SCOLAIRE QUILOMBOLA DE SERGIPE ET LES PROJETS POLITIQUES ET PEDAGOGIQUES DES ECOLES QUILOMBOLA

Résumé: Les premières activités du Forum d'Éducation Scolaire Quilombola de Sergipe (FEEQS), institué en 2019 lors d'actions de coopération entre le NEABI-UFS et le Mouvement Quilombola de Sergipe (MQSE), annoncent et dénoncent le contexte de l'Éducation Scolaire Quilombola de cet état. Elles élisent comme des questions urgentes les défis trouvés au moment de l'élaboration des Projets Politiques Pédagogiques (PPP) des écoles des communautés quilombolas de Sergipe. Ainsi, cet article a pour but réfléchir sur la façon dont la constitution du FEEQS favorise les débats autour de l'élaboration des PPP de ces écoles. Cela, grâce à la réussite par ces communautés du droit d'élaborer ces projets de façon autonome et collective. Cette réflexion permet, également, de concevoir le processus de constitution du FEEQS comme espace de résistance où sont engendrés des débats et des confrontations responsables, à son tour, de la consolidation de l'EEQ à Sergipe. C'est, alors, dans les discussions autour de l'élaboration des PPP, que le FEEQS apparaît comme espace de résistance dans cette réflexion.

Mots-clés: Éducation Scolaire Quilombola. Projet Politique Pédagogique. Curriculum. Mouvement Quilombola.

UMA PRIMEIRA PALAVRA

Será perceptível. Escrevemos o presente texto com a musculatura de um relatório. E é mesmo essa a ideia: *relatar*, dentro dos limites que este tipo de produção textual permite, o mais fidedignamente possível os desdobramentos de eventos que se fizeram necessários, tanto para o desvelamento da situação atual da Educação Escolar Quilombola (EEQ) em Sergipe, o que mais se aproxima da abissalidade arquitetada pelo pensamento ocidental moderno/colonial, responsável pela produção de inexistências, de pessoas e de saberes (SANTOS, 2009), quanto para a construção de um *design* que possibilite inaugurar formas outras de caminhar, mesmo porque, concordando com Freire e Horton (2019), é caminhando que se faz o caminho.

Também optamos por este modo de escrita porque, ao longo dos encontros, em razão dos quais produzimos este registro, tornou-se tão evidente a negação da pluriversidade do mundo (aqui, simbolizadas pelas tentativas de apagamento das práticas culturais quilombolas), que historicamente tem visado ao esquecimento da

condenação e das/os condenados (MALDONADO-TORRES, 2008), ou, noutros termos, ao apagamento dos saberes e dos corpos daquelas e daqueles alocadas/os do outro lado das linhas abissais, convocando Santos (2009) mais uma vez, que fomos tomadas/os pela raiva. Mas não qualquer raiva: não a raiva destrutiva (do outro e de quem a sente), mas a legítima raiva, a raiva legítima, como adjectiva Freire (2000, p. 14), que deve envolver todo e qualquer discurso revelador das injustiças direccionadas aos/às “esfarrapados/[as] do mundo”.

O pensamento ocidental moderno/colonial, a partir do erguimento das linhas abissais, produziu dicotomias: “deste lado da linha”, emancipação e regulação; “do outro lado da linha”, apropriação e violência”: “111 presos indefesos / mas presos são quase todos pretos”⁵, lembra-nos Caetano Veloso. “Militares do Exército dão 80 tiros em carro e matam músico [negro] na Zona Norte”, estampa a manchete do Globo⁶. E há mais – muito mais:

O adolescente João Pedro Matos Pinto, 14 anos, foi morto com um tiro na barriga após uma operação conjunta da Polícia Federal e da Polícia Civil no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Resgatado por um helicóptero do Corpo de Bombeiros, o jovem desapareceu por horas e foi encontrado apenas na manhã desta terça-feira (19/5/[2020]) pela família no Instituto Médico Legal de Tribobó, na mesma cidade⁷.

Em Sergipe, estado no qual se movimentaram/movimentam as discussões aqui pontuadas, o *site* da polícia militar ostenta: “A Polícia Militar do Estado de Sergipe, por meio do Pelotão de Polícia Ambiental (PPAmb), apreendeu nesse sábado, dia 30, instrumentos sonoros [leia-se: atabaques] utilizados em culto de matriz africana, na Rua Coronel Andrade, no bairro América”⁸. Convém destacar: no Candomblé, assim como na Umbanda, os atabaques são sagrados.

Havíamos avisado: “deste lado da linha”, onde habitam os exploradores (historicamente representados por alguns países europeus; na atualidade, também pelos Estados Unidos), a regulação e a emancipação são a tônica; “do outro lado da linha”, no

⁵ Versos da canção “Haiti”, de autoria do compositor baiano Caetano Veloso.

⁶ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/militares-do-exercito-dao-80-tiros-em-carro-matam-musico-na-zona-norte-23580901>>. Acesso em 04 de junho de 2020.

⁷ Matéria do El País. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html>>. Acesso em 04 de junho de 2020.

⁸ Disponível em <<http://pm.se.gov.br/pm-apreende-instrumentos-sonoros-utilizados-em-culto-de-matriz-africana-no-bairro-america/>>. Acesso em 04 de junho de 2020.



qual foram alocados latino-americanos, africanos e outros, a apropriação de corpos e de bens naturais e simbólicos e a violência sobre eles é o que dá o tom – e os ingredientes.

Por isso, a raiva legítima sobre a qual falamos; embora nossos corpos também sejam embalados pelo amor, pela amorosidade freireana:

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como *amorosidade*, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 2000, p. 120, grifo nosso).

A raiva legítima não nega o amor. É por amor às/aos esfarrapadas/os do mundo, àquelas e àqueles cujos corpos são violentados, cujos saberes são concebidos como superstições, como credice, como alheios à verdade que a expressamos.

Sigamos!

A ORIGEM E PROPOSTA DESTE TEXTO

É fato que a insurgência das comunidades negras contemporâneas, rurais e urbanas, as quais, desde as resistências dentro e fora dos quilombos, combateram o apagamento material e simbólico imposto pelo projeto moderno/colonial escravocrata e, por via de resistências diversas, conquistaram o direito aos territórios remanescentes de quilombos, a partir da Constituinte de 1988, o que endossa o óbvio, ou seja, que os descendentes de Zumbi dos Palmares (NASCIMENTO, 1978) protagonizaram, com seus corpos, suor e sangue, a construção do Brasil, conquistando, em razão disso, a cidadania brasileira, sem, contudo, negar sua ancestralidade africana, continuam, nos dias que correm, enfrentando desafios robustos para que os direitos arduamente alcançados sejam, no cotidiano, efetivados, como é o caso, por exemplo, do reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos.

No que se refere à superação dos diversos desafios, há que se considerar os aspectos específicos da construção histórica e das relações na produção do território de cada comunidade remanescente de quilombo⁹, pois é nele – no território –, *locus* de

⁹O Art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, define: “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. A

construção e (re)significações identitárias, que se garante suas formas próprias e distintas de organização social e cultural, que é ensinado e aprendido sobre o que é ser quilombola. Nesses espaços/tempos comunitários, de afirmação e (re)construção de identidades, são transmitidos, elaborados e reelaborados os saberes e fazeres que os constituíram/constituem como sujeitos resistentes, ontem e hoje, aos processos de produção de ausências (SANTOS, 2009) físicas e simbólicas.

É preciso entender o território como o espaço/tempo de apreensão topológica, nos dizeres de Sodré (1988), e como o onde/quando os afetos (SANTOS, 2007), mas também as afetações, em via de mão dupla, se corporificam: sujeitos e territórios se entrecruzam e interferem (um e outro, um no outro) nos processos de construção de ambos. E a educação é uma locomotiva indispensável para tanto.

Quando pensamos os processos educativos, que, indubitavelmente, interferem na construção dos sujeitos, urge estabelecer distinção entre a Educação Quilombola (EQ) e a Educação Escolar Quilombola (EEQ). Na primeira, são transmitidos de geração para geração, nunca estaticamente (portanto, as ressignificações são “naturais”), mesmo porque os grupos não se encontram isolados, conteúdos simbólicos que sustentam os modos de ser e de viver das comunidades, fundamentando-se nos processos de resistência e na relação com o território e com a ancestralidade.

A EEQ, por sua vez, refere-se aos processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos nas unidades escolares, destinando-se “ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica” BRASIL, 2012, Art. 1º, III) e

deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas. (BRASIL, 2012, Art. 1º, IV).

A educação escolarizada, nos quilombos, conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, instituídas em 2012, preconizam que a EEQ:

Fundação Cultural Palmares entende que comunidade remanescente de quilombo consiste num conceito “político-jurídico que tenta dar conta de uma realidade extremamente complexa e diversa, que implica na valorização de nossa memória e no reconhecimento da dívida histórica e presente que o Estado brasileiro tem com a população negra”.



organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se”, a saber: a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (BRASIL, 2012, Art. 1º, I).

Assim, no que tange à reivindicação do movimento quilombola e à produção acadêmica, há consenso no papel significativo que a educação escolarizada tem na formação da identidade étnico-racial das/os estudantes quilombolas. Decerto, nos espaços de educação escolarizada em que prevalecem a lógica do branqueamento – o currículo eurocêntrico e o silenciamento dos modos de ser e de viver das comunidades remanescentes de quilombos –, a construção identitária dessas/es estudantes é afetada de forma significativa (LIMA, 2004; LARCHERT e OLIVEIRA, 2017; CUSTÓDIO; FOSTER, 2019).

Entendemos que a EEQ é uma das conquistas dos movimentos quilombolas. Assim, neste texto, engajamo-nos na luta e abordamos aspectos da pauta reivindicatória do Movimento Quilombola do Estado de Sergipe (MQSE), no âmbito das políticas públicas voltadas para a EEQ, problematizando-as no contexto das ações desenvolvidas pelas diversas organizações do movimento quilombola do e no estado de Sergipe¹⁰ e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Sergipe (NEABI-UFS), sobretudo a partir do ano de 2019.

Estas ações, originadas a partir das reivindicações colocadas ao NEABI-UFS, inicialmente pela coordenação do MQSE e, logo após, pelas demais organizações desse movimento, durante o desenvolvimento de diversas práticas de extensão e de pesquisa do referido núcleo, resultaram na criação do Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), a ser apresentado em linhas posteriores. Em razão disso, focalizamos neste texto a principal demanda identificada no primeiro encontro do referido fórum, que diz respeito aos projetos político-pedagógicos (PPP) das escolas quilombolas sergipanas.

Assim, temos como objetivo refletir sobre como a constituição do FEEQS, defendida neste artigo como espaço de resistência, tem fomentado os debates em torno

¹⁰ Diversas associações de comunidades remanescentes de quilombos do estado de Sergipe, o Movimento Quilombola de Sergipe (MQSE), representantes da Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe e representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

da elaboração dos PPP das escolas quilombolas de Sergipe, a partir da defesa do direito das comunidades no que tange à elaboração desses projetos de forma autônoma e coletiva, conforme estabelecido nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ), que destacam ainda que se deva considerar as necessidades de cada comunidade, respeitando suas trajetórias históricas, culturais e modos de ser/viver (BRASIL, 2012).

Para tanto, relataremos inicialmente o processo de constituição do FEEQS. Em seguida apresentamos um breve relato sobre a realização do primeiro encontro regional do fórum, o FEEQS-Regional Sul e Centro Sul, e o modo pelo qual os PPP se constituíram como uma das principais reivindicações levantadas a partir dele. Por fim, faremos uma discussão acerca da forma pela qual a pauta reivindicatória tem explicitado os problemas estruturais da EEQ de Sergipe, bem como sobre as possibilidades de encaminhamentos dessa problemática.

FÓRUM DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DE SERGIPE (FEEQS): CONTEXTO DE PROPOSIÇÃO E CRIAÇÃO

Durante os anos de 2017 a 2019 foram realizadas pelo NEABI diversas ações que contribuíram para o fortalecimento das discussões em torno da temática da educação escolar ofertada em territórios de comunidades remanescentes de quilombos (CRQ) de Sergipe. As narrativas apresentadas em cada encontro anunciavam e denunciavam os problemas enfrentados por essas comunidades, no tocante à oferta da educação escolarizada.

Por esse motivo, delineou-se um quadro que enunciava desde a preocupação com a discriminação sofrida pela/os alunas/os oriundas/os das escolas quilombolas que estudam em escolas não quilombolas localizadas na cidade ¹¹, passando pela preocupação com a formação inadequada e a rotatividade de professoras/es que atuam nas escolas quilombolas, chegando à preocupação com os/as alunos/as quilombolas que estudam na UFS.

No dia 24 de julho de 2019, foi realizada, na UFS, após diálogo com a coordenação do MQSE, uma reunião contando com a presença de diversas lideranças e

¹¹ Nas reuniões realizadas com o MQSE, foram registrados relatos sobre professores/as que, ao receberem estudantes originárias/os de CRQ, fazem uso de “vocabulário pejorativo em relação à comunidade”.

membros das comunidades quilombolas, de professores/as da Educação Básica atuantes em escolas quilombolas do estado e convidados/as (representantes da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe – SEDUC-SE). Nela, as/os representantes das comunidades presentes (Figura 1) elencaram várias demandas:

- necessidade de formação continuada para as/os professoras/es;
- acompanhamento das/os estudantes quilombolas na UFS;
- ausência de professoras/es da própria comunidade, evidenciando a necessidade de concurso público específico.
- conflitos enfrentados pelas/os jovens quilombolas que ingressam em escolas não quilombolas;
- gestores/as das escolas e das secretarias de educação despreparadas/os ou descomprometidas/os com a EEQ e com as comunidades;
- reunião com o governo do estado para discutir os problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas, no concernente à oferta da EEQ, bem como a omissão das esferas municipais e estaduais;
- trabalho inadequado com a História e Cultura da África nas EQ;
- os nomes das escolas não estão de acordo com a História/Cultura local.

Figura 1: Reunião (24 de julho de 2019)



Fonte: Arquivo do FEEQS, 2019.

Várias e diversificadas foram as demandas, contemplando desde questões bastante amplas até questões mais específicas, que anunciavam e denunciavam problemáticas histórico/estruturais.

Cabe ainda registrar que no que se refere à formação de professores e à EEQ, percebeu-se, nas narrativas apresentadas, que essa modalidade de ensino ainda sofre influência direta de uma ideia de educação que valoriza a cultura urbana em detrimento da compreensão dos modos de ser e viver para além da lógica da cidade. Por outro lado,

as discussões sobre território, sem considerar que se trata de comunidade rural negra, contribuem para o apagamento da memória da resistência, para a desconstrução das identidades das comunidades, bem como para a “naturalização” dos processos que inferiorizam seus repertórios socioculturais.

A partir dos diálogos estabelecidos nessa reunião, foi proposto pelo NEABI-UFS a constituição de um espaço coletivo de discussão, compreensão e proposição sobre a educação ofertada nas escolas sediadas em comunidades quilombolas de Sergipe, considerando as esferas estadual e municipais. Ressaltou-se ainda a importância de se ouvir, além das escolas, as comunidades quilombolas, considerando o que estabelece as DCNEEQ (BRASIL, 2012).

É nesse movimento que nasce a proposta de criação do Fórum de Educação Escolar Quilombola de Sergipe (FEEQS), aglutinando, nele, lideranças comunitárias, escolas, comunidades quilombolas, pesquisadoras/es e representantes das secretarias de educação.

Esse espaço foi idealizado inicialmente com três funções, que se complementam: mobilizadora, propositiva e produtora de conhecimentos sobre a EEQ. Esta última, com caráter também investigativo, a partir dos referenciais da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1985; BOGDAN e BIKLEN, 2003), sob responsabilidade de duas professoras pesquisadoras do NEABI-UFS. Contudo, logo no seu início, o FEEQS assumiu também a função consultiva, conforme veremos, noutro momento, neste mesmo lugar.

Foram discutidas diversas maneiras de realizar esse fórum e atingir suas funções, tendo como principal foco a participação das comunidades quilombolas. Optou-se por realizar quatro etapas preliminares ao encontro estadual: fóruns regionais e finalizando com um fórum geral (Quadro 1 e Figura 2). Essa organização, por regiões, aglutinou as comunidades a partir dos critérios estabelecidos pelo MQSE, que considerou, sobretudo, a localização delas e os deslocamentos necessários para o espaço onde o evento se realizaria.

Quadro 1: Cronograma de realização dos fóruns

Fórum	Região	Data	Município/realização
Regional 1	Região Sul e Centro-Sul	12/09/2019	Porto D'Areia/Estância/SE
Regional 2	Baixo São Francisco	30/09/2019	Pov. Ladeiras, Japoatã/SE

Regional 3	Alto Sertão	13/11/2019	Pov. Mocambo/Porto da Folha/SE
Regional 4	Grande Aracaju	14/11/2019	Comunidade Mussuca, Laranjeiras/SE
Estadual	Todas as regiões	16, 17 e 18/12/2019	Aracaju/SE

Fonte: Quadro elaborado pelas/os autoras/es

Figura 2: Registro fotográfico das etapas do fórum¹²



Fonte: Arquivo do FEEQS, 2019.

Assim, cada fórum regional contemplou distintas regiões de Sergipe, reunindo professores/as, gestores/as escolares e de secretarias, pesquisadoras do NEABI-UFS, estudantes quilombolas e demais membros das comunidades da(s) região/regiões correspondente(s) e outras organizações/entidades sociais.

Dentre essas organizações/entidades/lideranças, registramos as seguintes presenças: Fórum de Organizações do Movimento Negro de Sergipe, Associação de Docentes da UFS (ADUFS), Central Sindical e popular (CSP-Conlutas)¹³, Instituto

¹² Obedecendo à sequência de leitura hegemônica no Ocidente (da esquerda para a direita, de cima para baixo): Regional 1 - Sul e Centro Sul; Regional 2 - Baixo São Francisco; Regional 3 - Alto Sertão; Regional 4 - Grande Aracaju.

¹³ A CSP-Conlutas “é uma entidade civil devidamente registrada, com personalidade jurídica de direito privado, natureza jurídica de central sindical, popular e de classe, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, com base territorial e representatividade em todo o território nacional” (ESTATUTO CENTRAL SINDICAL E POPULAR, CONLUTAS – CSP-CONLUTAS, disponível em: <<https://www.google.com/search?q=CSP-CONLUTAS&oq=csp&aqs=chrome.0.69i59l2j0l2j69i60l4.929j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> Acesso: 07/06/2020).



Braços¹⁴, representação de mandato da Assembleia Legislativa de Sergipe e lideranças políticas comprometidas com os Direitos Humanos.

Cabe registrar que a realização de cada fórum regional contou com a intensa mobilização das lideranças quilombolas e do NEABI-UFS para garantir sua realização com a participação efetiva das comunidades, sobretudo das lideranças quilombolas de cada região.

Na trajetória do FEEQS, durante o ano de 2019, sua constituição foi organizada por uma coordenação estadual, composta por 3 lideranças quilombolas e uma representação do NEABI. Em cada encontro regional, a coordenação contou com a participação de mais um membro, sendo essa/esse, a liderança da comunidade que sediou o referido encontro regional.

Antes e durante a realização de cada regional, foi disponibilizado um formulário para preenchimento, com dados das realidades das escolas e as demandas apresentadas. Nesse instrumento, também foi disponibilizado uma síntese do aparato legal e administrativo sobre a EEQ no Brasil. O intuito era provocar o debate a partir dos direitos conquistados.

No que diz respeito aos dados das realidades das escolas quilombolas, solicitou-se, por via do formulário supradito, informações, dentre outros, sobre: a situação dos PPP das escolas, o calendário escolar, o currículo escolar, a estrutura física das escolas, a formação de professoras/es, o transporte escolar e a gestão da escola. Além disso, foram solicitadas informações sobre a possibilidade de prosseguimento de estudos dos estudantes quilombolas na Educação Superior.

A realização dos fóruns regionais ocorreu, basicamente, por meio de falas: 1) da Coordenação do MQSE e da Coordenação do FEEQS (estadual e da região); 2) de uma apresentação do aparato legal e administrativo sobre a EEQ (realizada pelo NEABI-UFS); 3) por meio de Grupos de Trabalho (GT) (para discutir as dificuldades e possibilidades identificadas e também as demandas); 4) uma plenária para socialização dos debates ocorridos nos GT, sublinhando os dados das realidades e as demandas identificadas.

¹⁴O IB tem como missão “promover a cultura dos direitos humanos por meio da defesa de direitos, de estudos, pesquisa e do controle social das políticas públicas, recorrendo sempre a mecanismos de afirmação da igualdade, da ética, da valorização e empoderamento socioeconômico de grupos historicamente oprimidos” (INSTITUTO BRAÇO, Estatuto Social do Instituto Braços, Aracaju-SE, 2019, 17 p.).

Negritamos que o desenvolvimento dos encontros teve como foco o protagonismo dos sujeitos quilombolas – lideranças, comunidade, professoras/es e gestoras/es quilombolas –, ouvindo-se também as/os professoras/es e gestoras/es não quilombolas que atuam em escolas localizadas fora dos territórios remanescentes de quilombos, mas que recebem alunas/os originárias/os de CRQ.

As discussões constituídas nesse espaço coletivo, o FEEQS, reforçam a urgência da interlocução com as comunidades quilombolas, objetivando conhecer os principais problemas enfrentados por elas e buscar estratégias conjuntas para resolvê-los ou, pelo menos, reduzi-los.

A seguir apresentaremos um breve relato sobre as razões pelas quais os PPP se constituíram em pauta prioritária.

FEEQS E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: DA URGÊNCIA À RESISTÊNCIA

O primeiro fórum regional, realizado no dia 12 de setembro de 2019, na Comunidade Porto D'Areia¹⁵, contemplou as comunidades das regiões Sul e Centro-Sul do estado de Sergipe. Participaram do FEEQS-Regional Sul e Centro-Sul¹⁶ oito comunidades, além de professoras/es e gestoras/es e entidades/organizações dos movimentos sociais.

Durante os GT, foi possível observar a participação ativa das/os professoras/es – a maioria não quilombola –, que expuseram dificuldades e fragilidades na formação, além de enfatizarem os problemas estruturais das escolas; sem esquecer a carência no que diz respeito a material didático adequado às/aos estudantes quilombolas.

Quanto ao PPP, observou-se situações distintas, porém problemáticas comuns, a saber:

- a) Em geral, encontra-se em processo de reformulação/elaboração, mas há uma escola que nem mesmo o possui;
- b) Somente uma professora relatou que está sendo realizado o diagnóstico da comunidade, onde ela trabalha, para posterior elaboração do PPP. Ela

¹⁵ Porto D'Areia é uma comunidade remanescente de quilombo urbana, localizada na cidade de Estância/SE.

¹⁶ Duas delas pertencem a outra regional, mas participaram contribuindo na discussão que antecedia a que seria realizada na respectiva regional.



acrescentou que, “após a comunidade ser reconhecida, ainda não construímos com as características do quilombo, estamos em fase de diagnóstico junto com as pessoas da comunidade”;

- c) Os/as profissionais de outra escola registraram que há uma grande expectativa em relação às mudanças no PPP, embora a elaboração do mesmo esteja sendo bastante desafiadora, e que esse documento foi refeito em 2016, já incluindo alguns elementos da EEQ. Todavia, tais “modificações não tangem o currículo escolar [praticado]”.
- d) Foi pautado que a Secretaria do Estado criou a disciplina EEQ, sem, entretanto, definir os conteúdos/conhecimentos a serem trabalhados. Seu desenvolvimento tem gerado preocupação entre as/os profissionais da escola. Convém assinalar que representantes da comunidade escolar e do MQSE tinham, em outras ocasiões¹⁷, apontado preocupações em relação às orientações dadas pela Secretaria de Educação, que iam de encontro aos interesses da comunidade escolar e, por consequência, das DCNEEQ. Denunciaram também que esses PPP “não estão de acordo com as necessidades das escolas, mantendo-se engessados e atrasados ao longo dos anos” (FEEQS, 2019a e 2019b).
- e) Para outro professor, na escola foi “muito falado [sobre o PPP], mas muitas vezes não se fez nada para objetivá-lo”.
- f) Uma professora destacou que “o projeto está sendo executado agora no colégio [...] dos quilombolas. Foi respondido pelo diretor”.
- g) O PPP está em construção, “todos os anos trabalhamos os eventos referente às datas respectivas da história do município, porém ainda não está registrado no PPP”, informou outra/o participante.

Figura 3: Grupo de Trabalho no FEEQS- Regional Sul e Centro-Sul¹⁸

¹⁷ Reuniões ocorridas antes da realização do primeiro encontro regional do FEEQS (24 de julho e 22 de agosto de 2019).

¹⁸ Grupo de Trabalho no FEEQS - Regional Sul e Centro-Sul, realizado em 12 de setembro de 2019, na Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado, município de Estância-SE.



Fonte: Arquivo do FEEQS, 2019.

Os membros das comunidades foram enfáticos com relação ao distanciamento da escola em relação às/aos estudantes quilombolas, o que tem se convertido em prejuízo para o processo de ensino e de aprendizagem e não tem garantido a valorização dos elementos socioculturais, históricos e ambientais das comunidades. Tais apontamentos corroboram com as problemáticas apontadas sobre o PPP, que denunciaram o seu silenciamento, tanto na elaboração quanto na efetivação, no que diz respeito às realidades das comunidades quilombolas.

Ecoando Veiga (2002), defendemos que o projeto político-pedagógico de uma escola, de um modo ou d'outro, sempre está implicado politicamente, o que lhe insere dentro de relações de poder e lhe delineiam como ação intencional e imbricada ideologicamente. É ainda Veiga (2002) que aponta o PPP como o documento de identidade das escolas; por isso, deve ser elaborado pelas comunidades (escolar e local), a partir dos dados da realidade, das demandas e das proposituras político-pedagógicas da coletividade.

O PPP é um dos modos de sistematização e explicitação do currículo prescrito (oficial) de cada escola, o qual, via de regra, transita por entre tramas (mas também resistências) costuradas pelo pensamento ocidental/moderno. Sendo assim, faz-se mister que todo e qualquer espaço/tempo de ensino e de aprendizagem, comprometido com a construção de uma educação voltada para relações étnico-raciais equânimes, ou, mais especificamente, destinada à implantação da EEQ, precisa atentar-se tanto para os modos pelos quais se organizam historicamente o capitalismo e suas consequências para, em palavras de Freire (2000), as/os esfarrapadas/os do mundo.

Por essa via, torna-se mister (urgente mesmo!) que os princípios (filosóficos, sociológicos, epistemológicos, e pedagógicos) que suleiam o PPP, sintonizem-se com o arcabouço político-pedagógico da EEQ, cujas diretrizes negritam as bases e percursos fundamentais sobre os quais deve trilhar essa modalidade de ensino.

Esse nosso posicionamento foi repercutido durante os debates em torno dos PPP, nos quais sublinhou-se a urgência de suas reformulações, destacando a necessidade premente dessa construção junto a toda comunidade escolar, visando à compreensão de que “o PPP, como expressão da autonomia e da identidade escolar, é fundamental para a garantia do direito a essa modalidade de ensino e deve estar intrinsecamente relacionado à realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas (LOPES *et alii*, 2020, s. p.), como, aliás, prescreve a Resolução CNE/CEB n.º 08/2012: “implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012, Art. 8º, VIII).

É importante, nesse íterim, destacar que a EEQ deve “garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção” (BRASIL, Art. 1º, VIII), e sua efetivação deve ser realizada de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas, contribuindo para seu reconhecimento, sua valorização e sua continuidade (LOPES *et alii*, 2020).

Reforçando a relevância do transcrito acima, os membros das comunidades apontaram, durante a realização do FEEQS-Regional Sul e Centro-Sul, que a pouca alusão, por parte da escola, aos elementos que têm significado para as/os estudantes contribui também para a evasão escolar, o que traz efeitos negativos para o futuro dessas crianças e jovens, que enfrentam dificuldades para dar continuidade à sua formação, especialmente para ingressar na Educação Superior e “no mercado de trabalho”.

Segundo esses mesmos membros, apesar de a escola dispor de ferramentas para minimizar esses problemas, algumas/alguns professoras/es e gestoras/es revelaram a pouca compreensão que têm sobre o currículo, sobre o calendário e, principalmente, sobre os PPP das escolas. Esse fato evidencia a carência de apoio pedagógico por parte das secretarias de educação às escolas. Ainda assim, essas mesmas secretarias, segundo

relato, estabelecem um prazo curto para que as escolas construam os seus PPP, o que provoca preocupação em professoras/es e gestoras/es.

Na plenária, foram destacadas também as dificuldades que as escolas estão encontrando para a elaboração dos PPP, o que reforça a imprescindibilidade do apoio das secretarias de educação e ressalva a importância da discussão proporcionada pelo FEEQS: a partir destas, alguns profissionais, que ainda não haviam compreendido os percursos necessários para a elaboração dos PPP das escolas quilombolas, entenderam a essencialidade deles.

Por conseguinte, as discussões com relação aos PPP das escolas quilombolas foram marcadas por desencontros, críticas e cobranças por parte das/os professoras/es, bem como gestores/as das escolas e das secretarias de educação estadual e municipais.

Dadas as repetidas queixas referentes ao curto prazo, estabelecido pelas secretarias, para que todas as escolas apresentassem o documento (PPP), a Plenária do primeiro fórum regional deliberou: a elaboração de um Abaixo-Assinado, a ser protocolado na SEDUC-SE, solicitando a ampliação do prazo para depois da realização do encontro estadual do FEEQS, previsto para dezembro. Também foi solicitado o mesmo prazo no que diz respeito aos encaminhamentos para elaboração dos Cadernos da BNCC¹⁹, pois entendia-se que era necessário compreender melhor essa proposta, o que também requereria um prazo exequível para tanto.

O Abaixo-Assinado foi elaborado cercando-se das orientações e da legislação que regem a EEQ, dos argumentos colocados pelas produções científicas sobre a temática e da deliberação do FEEQS-Regional Sul e Centro-sul. Esse documento foi apresentado e apreciado no segundo encontro regional do FEEQS, realizado em 30/09/2019, a saber: FEEQS-Regional Baixo São Francisco. Depois de aprovado e

¹⁹ Foi informada por parte da representante da SEDUC-SE, em uma das reuniões anteriores à realização do fórum regional, que essa secretaria estava elaborando os Cadernos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as modalidades Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena e Educação do Campo, e também a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Informou-se também que os demais cadernos (considerando os níveis convencionais) já haviam sido elaborados, mas, por motivo que não conseguimos tomar conhecimento, aqueles referentes às modalidades supracitadas e à ERER não haviam ainda sido produzidos. Apontou-se ainda a possibilidade de participação de membros desse fórum na elaboração dos cadernos. Tendo em vista os debates no campo acadêmico, que permeiam a proposta da BNCC e as funções do fórum em construção, as pesquisadoras do NEABI-UFS se posicionaram, naquele momento, contrárias à participação, pois entendiam que a proposta em trâmite carece de mais reflexões acerca dos princípios e concepções de educação que a fundamentam. Ainda sobre os Cadernos da BNCC, diversas reuniões foram realizadas. Esse assunto – provocador de polêmica por si só, pois explicitam visões de mundo, de sociedade e de educação diversas e divergentes – exige reflexões profundas que não serão tratadas neste artigo.

assinado pelos presentes, foi protocolado, no dia 03 de outubro de 2019, na SEDUC-SE, pelo coordenador do MQSE, que é também é um dos coordenadores do FEEQS.

Durante o terceiro encontro regional²⁰, realizado no dia 13/11/2019, a representante²¹ da SEDUC-SE entregou o documento no qual a Secretaria respondia à reivindicação apresentada pelo FEEQS, ampliando o prazo de elaboração/apresentação dos PPP para o dia 30 de abril de 2020.

Esses debates e embates evidenciaram a necessidade e a importância do diálogo entre as secretarias de educação e o movimento quilombola - a ampliação do prazo para elaboração dos PPP é exemplo disto: com um tempo mais estendido para as discussões imprescindíveis, se atende aos preceitos constantes tanto na LDB (BRASIL, 1996) quanto nas DCNEEQ (BRASIL, 2012) referentes ao processo de elaboração do PPP, como abordam Veiga (2002) e Silva e Santiago (2019), assegurando, assim, a expressão da identidade da escola no instrumento base de construção e materialização do currículo escolar.

Como instrumento institucional identitário da escola, ponto de partida e espaço/tempo de trajeto do currículo e das práticas pedagógicas que o efetiva, o PPP se constitui como base dessa partida e desse caminhar no que se refere à EEQ, articulada com a ERER. Nesse contexto, torna-se mister trazer à baila, conforme Silva e Santiago (2019, p. 10), que

O ciclo de construção e vivência das práticas pedagógicas de valorização da identidade, da memória e da cultura negras é orientado pelas normativas e pelo contexto político-social e fundamentado na concepção de educação que a escola assume, que se expressa em seu projeto político pedagógico.

Portanto, faz-se necessário que o PPP, constituído a partir do protagonismo dos diversos sujeitos (profissionais, estudantes e demais pessoas da comunidade) contemple os conhecimentos da realidade local, em seus aspectos históricos, sociais, culturais e identitários específicos; suas demandas e possíveis encaminhamentos para estas, os quais devem ser construídos coletivamente. Para isso, o espaço/tempo e as estratégias de fortalecimento dessa construção são fundamentais. Como relevante estratégia, destaca-se a formação inicial e continuada de professoras/es com foco nas

²⁰ FEEQS-Alto Sertão.

²¹ A representante da SEDUC-SE esteve presente na reunião que constituiu o FEEQS e participou de todos as etapas regionais. Não houve representação dessa secretaria no encontro estadual.

especificidades da EEQ. E as/os protagonistas do FEEQS apontam as demandas do cenário sergipano, conforme informações a seguir.

Segundo alguns representantes do movimento quilombola, assim como algumas/alguns professoras/es e também gestoras/es, foram realizadas atividades de formação continuada para as/os professoras/es das escolas quilombolas de Sergipe. Contudo, as atividades de formação docente, ofertadas pelas secretarias de educação, sobretudo a SEDUC-SE²², no mais das vezes, não foram realizadas considerando-se a especificidade da EEQ. Assim, cabe refletir sobre atividades de formação que homogeneizam as identidades dos povos do campo, sejam eles remanescentes de quilombolas, indígenas, do sertão, do litoral (LOPES *et alii.*, 2020). No que diz respeito à especificidade da EEQ, as DCEEQ são objetivas ao definirem que:

deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, *sem perder a especificidade* (BRASIL, 2012, Art. 1º, VI, grifos nossos).

De tal modo, exige-se, no que se refere à Educação Escolar Quilombola, aliada à preocupação com o rompimento do paradigma da Educação Rural, cuja referência é a matriz moderno/colonial de poder, que a EEQ seja pautada pela promoção do questionamento das relações de dominação e subalternização, reproduzidas pela ideologia de “naturalização” das hierarquias étnico-raciais, territoriais, culturais, epistêmicas, de gênero, de lugar; o que requer, por sua vez, o reconhecimento e a valorização das especificidades das diversas identidades quilombolas, inclusive as urbanas (LOPES *et alii.*, 2020).

Destarte, o desafio com a formação docente, para atuar na EEQ, no estado de Sergipe, se refere também à formação inicial, visto que, até o momento, neste estado, não foram desenvolvidos programas específicos de formação inicial para as/os professoras/es e gestoras/es que atuam nas escolas quilombolas ou nas escolas que recebem alunas/os oriundas/os das comunidades quilombolas, contrariando, portanto, dentre outros, o exposto no Artigo 49 das DCNEEQ (LOPES *et. al.*, 2020).

O cenário descrito revela que a efetivação da EEQ no estado de Sergipe tem, entre outros pressupostos necessários: a institucionalização e efetivação de programa de

²² Através do Núcleo de Educação, Diversidade e Cidadania da SEDUC-SE (NEDIC/SEDUC-SE),

formação inicial e continuada específica, focando na participação efetiva das comunidades em todo o processo, respeitando-se suas realidades e o seu papel protagonista, em diálogo com outras instâncias de formação, a exemplo das parcerias que têm se constituído na formulação e realização do FEEQS.

Nesse sentido, destacamos que a construção de um currículo que respeite as DCNEEQ e os grupos a quem se destinam, tendo os repertórios identitários, históricos, sociais, culturais da comunidade como ponto de partida e trilha de caminhada, é inegociável. Concomitante e articulada às condições citadas, colocamos como prioritária a elaboração do PPP, que se efetive tendo as/os quilombolas e as/os professoras/es como atrizes/atores principais e não como coadjuvantes.

Esses encaminhamentos podem possibilitar o que Gomes (2012) e Silva e Santiago (2019) denominam de enraizamento no contexto da efetivação da ERER. Para Gomes (2012, p. 26) esse enraizamento:

refere-se à capacidade de o trabalho desenvolvido na escola na perspectiva da Lei n.º 10.639/03 e das suas Diretrizes Curriculares Nacionais se tornar parte do cotidiano escolar, ou seja, da organização, da estrutura, do Projeto Político-Pedagógico, dos projetos interdisciplinares, da formação continuada e em serviço dos profissionais, independentemente da atuação específica de um(a) professor(a) ou de algum membro da gestão e coordenação pedagógica. Trata-se de a educação das relações étnico-raciais se tornar um dos eixos norteadores da proposta político-pedagógica desenvolvida pelo coletivo dos profissionais da educação que atuam na instituição escolar.

Em continuidade, no concernente ao PPP, essa problemática foi identificada nas realidades e demandas apresentadas nos instrumentos diagnósticos, nos GT e nas respectivas plenárias dos demais encontros regionais.

Na Plenária da etapa estadual²³ do FEEQS foi apresentada uma síntese das demandas, das realidades e dos debates de cada fórum regional e definidos os encaminhamentos (Figura 4).

Figura 4: FEEQS (16, 17 e 18/12/2019)²⁴

²³ Dentre as entidades que marcaram presença nos encontros regionais e/ou no encontro estadual do FEEQS, contamos com o apoio financeiro para a realização do encontro estadual da FEEQS: ADUFS e CSP-Conlutas. O SINTUFS não esteve presente nos encontros, mesmo assim contribuiu financeiramente para a realização do encontro estadual.

²⁴ Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola de Sergipe, realizado no dia 16, 17 e 18/12/2019, na cidade de Aracaju/SE.



Fonte: Arquivo do FEEQS, 2019

No que se refere aos PPP, optou-se pela constituição de uma comissão, com representação das comunidades remanescentes de quilombos e das escolas dessas comunidades, com o apoio do NEABI-UFS, com o objetivo de elaborar orientações para subsidiar a construção coletiva do PPP das escolas, com a participação das comunidades.

PALAVRAS FINAIS

A partir das questões e reflexões aqui estabelecidas inferimos, em escala ainda inicial, que o FEEQS tem provocado e/ou aglutinado práticas socioculturais e políticas, em processo de construção histórica, emergidas no âmbito das escolas e das comunidades. Essas práticas configuram os anseios e desejos das comunidades quilombolas na construção da resistência ao apagamento das suas histórias e culturas, bem como ao enfrentamento à inferiorização e homogeneização de suas identidades como quilombolas, no contexto histórico da luta pelo direito ao respeito, ao reconhecimento e à reparação histórica.

Nesse contexto, entendemos que o diálogo, a organização e a mobilização, como grupo social de demarcadores identitários em comum, das/os quilombolas sergipanas/os, favorecem a potencialização das possibilidades de conquistas dos direitos, até o momento garantido nas leis, mas em contínua demanda por ações cotidianas de resistência e persistência para efetivação desses direitos. Desse modo, essas possibilidades têm como fatores importantes o fortalecimento interno e externo do diálogo das/nas comunidades e nas instâncias educacionais. Esse caminhar de diálogos, debates e embates do processo de construção e realização dos FEEQS, que nos aponta para o sentido da luta, que historicamente marca a trajetória dos grupos

vilipendiados na história desse país, dentre os quais encontra-se a população quilombola. Esse sentido, que tem alimentado a (re)existência permite continuar acreditando nas possibilidades de avanços nos múltiplos contextos, inclusive na educação, apesar dos desafios postos cotidianamente.

É importante refletir acerca dos desafios postos historicamente para a população quilombola, considerando a história de resistência desta população no contexto das relações étnico-raciais no Brasil, a partir do escravismo criminoso e do processo de tentativa de desumanização, expropriação e etnocídio que se estendeu para além do período escravocrata formal.

A relevância dessa reflexão reside principalmente no fato de que ainda há necessidade de luta cotidiana pelos direitos sociais, inclusive de educação pública e de qualidade, que, embora conquistada na forma da lei, ainda é uma demanda a ser efetivada no âmbito das políticas educacionais e das práticas delas advindas.

Enfim, diante dos desafios vislumbrados no caminhar do FEEQS, entendemos que a explicitação coletiva e os encaminhamentos estabelecidos a partir desses, de modo especial em relação ao PPP, se constituem em avanços, na perspectiva da *práxis criativa*, na luta pela efetivação da educação escolar no contexto Quilombola de Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGDAN R. C., BIKLEN S. K. Investigação qualitativa em educação. Porto: *Porto Editora*, 2003.
- BRASIL. Lei 9394/199. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF: *Diário Oficial da União*, 1996.
- BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB 8/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 de novembro de 2012, Seção 1. p. 26.
- CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. L. S. Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 193-211, mar./abr. 2019, p. 193-211.
- FÓRUM DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DE SERGIPE (FEEQS). *Memória da reunião realizada no dia 24 de julho de 2019*. p. 01-03.
- FÓRUM DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DE SERGIPE (FEEQS). *Memória da reunião realizada no dia 22 de agosto de 2019*. p. 01-03.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. O caminho se faz caminhando. São Paulo: *Editora Vozes*, 2019.

GOMES, N. L. As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas'. In: GOMES, N. L. (org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03 1. ed. -- Brasília: MEC; *Unesco*, 2012.

LARCHERT, J. M. OLIVEIRA, M. W. de. PANORAMA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO BRASIL. *Revista Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 6, n.2, 2013, p.44-60.

LIMA, M.B. Repertórios culturais, identidades étnicas e educação em territórios de maioria afro – descendente. In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, P. Beatriz Gonçalves e Silva (Org.). *Identidade Negra: Pesquisas sobre o Negro e a Educação no Brasil. ANPED/Ação Educativa*, 2004, p. 130-155.

LOPES, E. T., MOURA, S. C., NASCIMENTO, J. W. F., SANTOS, X., SANTOS, A. S. A. A educação escolar nas/das comunidades quilombolas do estado de Sergipe como (f)atos de resistência. *Revista Candeeiro*, Adufs, 2020, s. p. (no prelo).

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, março 2008, pp. 71-114. Disponível em <<file:///C:/Users/USER/Downloads/RCCS80-005-M-Torres-071-114.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: *Editora Paz e Terra*, 1978.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: *Edições Almedina*, 2009, pp. 23-72.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: *Editora Lamparina*, 2007, pp. 13-21.

SILVA, C. M.; SANTIAGO, M. E. Itinerário da prática pedagógica de valorização da população negra no espaço escolar. *Revista Brasileira de Educação* v.24, 2019. <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v24/1809-449X-rbedu-24-e240003.pdf>>

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: *Petrópolis*, 1988.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: *Cortez*, 1985.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível, 14^a ed., Campinas: *Papirus*, 2002.

Recebido em: 29/03/2021

Aceito em: 29/05/2021